

# CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE UNIVERSITY CONTRIBUTION FOR THE FORMATION  
OF THE CHILDHOOD EDUCATION PROFESSIONAL

Sara Dagiós \*

Aos profissionais da educação que, em seu compromisso profissional, podem garantir o direito da criança à Educação infantil de qualidade.

**RESUMO:** O presente texto aponta elementos para reflexão da problemática da Educação Infantil, mais especificamente com a formação do profissional que nela deve atuar. Tomando como princípio o direito constitucional das crianças brasileiras a uma educação de maior qualidade, traz para o foco da discussão contribuições da universidade à formação destes profissionais, que cada vez mais precisam estar preparados para atender às reais necessidades da criança de zero a seis anos, sendo capazes de articular o educar e o cuidar, eixos fundamentais e indispensáveis para o desenvolvimento infantil.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil, Formação Profissional, Universidade

**ABSTRACT:** This text suggests a reflection on the problematic of the Childhood Education, and very specially on the formation of the

---

\*Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Frederico Westphalen.

professional who works in this area. Departing from Brazilian constitutional principle which guarantees children the right to quality education, this essay brings to the fore the discussion of the university's contribution to the formation of these professionals, who should be well equipped to cope with the real needs to the 0-6 year-old-child, being able to articulate education and caring, which are fundamental and indispensable axes for children development.

**Key Words:** Childhood education. Professional formation. University.

A Educação Infantil, nos últimos anos vem ganhando destaque no cenário nacional. O aumento no número de pesquisas e também a procura por cursos de capacitação, a criação e atuação de uma Coordenadoria de Educação Infantil e a incorporação da Educação Infantil ao sistema de ensino são exemplos atuais de um processo de reconhecimento e de construção de uma nova identidade para a infância.

A reorganização institucional e legal, iniciada no país na década de 80, possibilitou a expansão da luta pela cidadania também às crianças de zero a seis anos. Uma das maiores conquistas, nesse sentido, na área de Educação Infantil foi o reconhecimento dessa instituição enquanto um direito da criança e da família e um dever do Estado, concretizado na Constituição Federal de 1988, art. 208-IV. Direito este, não apenas ao acesso, mas principalmente ao acolhimento e a um atendimento de qualidade.

A concepção de Educação Infantil como espaço educativo/espaço de cuidado traz uma nova visão de criança e também uma nova concepção de profissional que atuará com ela. Estudos sociológicos consideram as crianças como autores sociais, que participam de trocas, de interações, de processos de ajustamento constantes que animam, perpetuam e transformam a sociedade. Ou seja, a criança é vista como protagonista, não como um ser passivo à espera que a eduquem, mas um sujeito que, em interação com outros sujeitos, busca sua própria construção e seu lugar no mundo. Ao relacionar-se com os outros a criança se transforma, mas também transforma os que com ela se relacionam. Conforme Rossetti Ferreira (1997) "Pessoas são pessoas

através de outras pessoas” (ditado xhosa).

Nesta concepção de criança sujeito de direitos, cidadão em desenvolvimento, o papel do professor não será de transmissor de conhecimentos, ou aquele que molda comportamentos, mas a de interlocutor, que escuta, aponta caminhos, organiza ambientes e materiais crescendo junto com a criança. Por isso as exigências educacionais de que o novo professor infantil tenha formação específica em nível superior para o desempenho desta tarefa. Pesquisas recentes, assim como debates organizados em diversas instâncias, têm apontado que a qualidade de atendimento está intrinsecamente relacionada à formação profissional.

Um dos primeiros documentos produzido pelo MEC (1994), que estabelecia as diretrizes da proposta de política de Educação Infantil antes mesmo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), já sublinhava a formação do profissional como um elemento fundamental para a melhoria da qualidade de atendimento. Nesse documento é assumido que a efetivação de uma concepção que integre as funções de cuidar e educar não apenas requer como exige pessoas profissionalizadas, cuja formação deve estar relacionada ao saber, ao saber fazer e ao saber explicar o fazer.

Com relação à formação deste profissional muitas expectativas são lançadas, para fazer com que o proclamado direito se realize plenamente para todas as crianças. Para Kramer, Jobim e Souza a formação deve ser sistemática e permanente, vinculada à prática que se dê na ação do educador com as crianças e, a partir dessa ação, “focalizando a educação de maneira a abordar não só aspectos relativos à construção de conhecimento, mas também a efetivação e a criatividade, à paixão de conhecer, levando em conta, ainda, os aspectos éticos e estéticos no fazer educativo” (1992, p.8). Oliveira (2002), argumenta que a formação deve incluir o conhecimento técnico e o desenvolvimento de habilidades para realizar atividades variadas, particularmente expressivas, e para interagir com crianças pequenas, auxiliando-as ainda a interagir com outras crianças. O documento Subsídios para Credenciamento de Instituições de Educação Infantil (1998, vol.I p.18), afirma que “as crianças precisam de educadores

qualificados, articulados, capazes de explicitar a importância, o como e o porquê de sua prática”. A importância da formação do educador é enfatizada também por Kuhlmann Jr. (1999, p.65), que esclarece que “não é a criança que precisa dominar os conteúdos disciplinares, mas as pessoas que as educam”. É importante lembrar que formação do professor deve ser pensada levando-se em consideração a importância que esta atividade tem do ponto de vista de formação dos seres humanos.

Além disso, novas exigências são acrescentadas aos professores e Educação Infantil, oriundas das transformações do mundo do trabalho, do avanço tecnológico, que reproduzem um discurso cujas competências do novo profissional passam pela autonomia, criatividade e produtividade além das capacidades para encarar situações ambíguas, incertas, conflituosas adaptando-se às mais variadas situações.

A importância da formação profissional é reforçada quando se considera que a partir de todas as transformações legais, as instituições (creches e pré-escolas) deverão elaborar e efetuar sua proposta pedagógica (MEC, 1994). Essas exigências traduzem a necessidade de um profissional bastante diferente do que dispomos na realidade.

Conforme Oliveira (2002), historicamente a formação dos docentes da área tem sido extremamente pobre ou inexistente, principalmente no que se refere à formação dos que trabalham em creches, área de muita atuação leiga e predominantemente feminina. Isso se deu porque, dentro do quadro de marcantes desigualdades entre as diversas e antagônicas classes sociais existentes em nossa sociedade, a concepção assistencialista, tradicionalmente usada para nortear o trabalho realizado nas creches, particularmente naquelas que atendem crianças filhas de famílias de baixa renda, fez com que as pessoas sem qualificação específica fossem recrutadas para cuidar das crianças e interagir com elas.

O documento *Subsídios para Credenciamento de Instituições de Educação Infantil* (1998, Vol. I) sintetiza bem a realidade dos profissionais no Brasil. A formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil, principalmente em creches, praticamente inexistente como habilitação específica. Assinala também que pesquisas registram um expressivo número de profissionais, cuja formação não atinge o

ensino fundamental. Outros concluíram o ensino médio, mas sem habilitação de magistério e, mesmo quem a conclui, não está adequadamente formado, pois esta habilitação não contempla as especificidades da Educação Infantil.

Diante desse quadro constata-se que existe uma grande distância entre a realidade de nossos profissionais e as novas questões a eles impostas. Frente a isso faz-se necessário construir um novo perfil profissional. Teria a Universidade, mais especificamente o Curso de Pedagogia que habilita profissionais para atuar na educação infantil, contribuições para construir esse novo perfil profissional?

Se assumirmos como horizonte, o princípio norteador das atividades da universidade: a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, notaremos que são múltiplas as partes que lhe cabem, assim como são inúmeras as possibilidades de contribuição. Nas palavras de Ostetto

...a universidade pode se colocar no meio desse caminho. Não como uma pedra, a atrapalhar ou fechar o caminho com propostas prontas e restritivas, mas como um elo, como possibilidades de articular (e fazer ecoar) as múltiplas vozes que denunciam a situação precária da educação infantil e reclamam ações coerentes, comZo uma das alternativas que apontem para a afirmação do que 'está bom' e para o aprimoramento do que 'não esta bom' e precisa ser mudado, estabelecendo relações de diálogo e troca com as instituições de Educação Infantil (1997, p. 02).

Tendo como horizonte a efetivação do direito das crianças brasileiras a uma educação infantil de qualidade muito ainda tem para se construir. No campo do ensino é preciso superar a visão dualista que tem preponderado no curso de formação de professores, resgatando a necessária unidade entre teoria e prática, a inter-relação e complementariedade entre as áreas de conhecimento, vislumbrando o fazer pedagógico na sua totalidade. Dentro de uma proposta que garanta a articulação entre teoria e prática, o estágio precisa promover oportunidades para que os educadores avaliem e reavaliem sua atuação

com as crianças e instituições, fazendo dele, de acordo com Ostetto (2000, p.15) “um momento de encontro entre educadores em formação e educadores que estão atuando na Educação Infantil e que, no processo, experimentam uma verdadeira formação em serviço”.

A organização curricular deve ser organizada levando em consideração todos os processos de constituição da criança em suas dimensões intelectuais, lúdicas, sociais, emocionais, culturais. O fato de reconhecer o caráter educativo de toda a relação com a criança, leva muitos a entenderem que a relação existente entre professores e crianças nas instituições de educação infantil deverá ter uma caráter “instrucional” levando creches e pré-escola a tornarem-se caricaturas do ensino fundamental, com aulas e exigências de domínio de conhecimentos, inadequados nesta faixa etária. Na primeira infância a apropriação do mundo se dá basicamente através da atividade lúdica, do faz-de-conta, que permite a criança recriar o mundo para si. Para a criança, em especial a criança pequena, brincar é aprender.

No campo de pesquisa, produção de conhecimento, há que se buscar a necessidade de uma cultura científica para a Educação Infantil, indo além das pesquisas em função de monografias, dissertações e teses para titulação docente. É preciso garantir também a pesquisa institucional, que investigue questões que emergem da prática pedagógica desenvolvidas nas creches e pré-escola.

...por ser uma instituição relativamente recente, ainda necessita de informação e de aprofundamento. Mas podemos dizer que é uma instituição que produz cultura e que se constitui em um campo privilegiado de pesquisa para estudiosos das ciências sociais e, em especial, do desenvolvimento infantil. É essa inter-relação das ciências que permite o enriquecimento e a melhoria dos serviços, uma vez que é capaz de fornecer instrumentos de análise e pontos de referência para a inovação e a avaliação das estruturas e da organização dos trabalhos (SEBASTIANI, 1996, p.70).

No campo da extensão – socialização do conhecimento -, promover uma aproximação principalmente com a rede pública,

caracterizando esse campo de atuação como um espaço de troca e interlocução, de construção de relações baseadas no respeito à especificidade de cada instituição, constituindo uma efetiva alternativa para a qualificação do trabalho desenvolvido com crianças de zero a seis anos.

Considerando essas ressalvas, gostaria de apontar que discutir a formação dos profissionais requer a ampliação e consideração dos demais agentes que estão envolvidos nessa formação. Estes agentes vão desde crianças e as famílias atendidas até os organismos financiadores e formadores de políticas de atendimento à criança. Entendemos também que o tema possibilita tocar em diversas outras questões que compõem o quadro de desafios atuais de educação infantil (financiamento, currículo, etc.), porém, acredito que para se efetivar uma ação qualificada, voltada para a criança, sujeito de direitos (direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar, direito de opinar) requer um profissional habilitado, competente para articular a educação e cuidado em sua prática diária.

Por isso, a universidade, aqui representada pelo Curso de Pedagogia necessita ser o lugar institucional por excelência da Formação Docente do profissional de Educação Infantil, “articulando saberes e assim qualificando as práticas estabelecidas nestas instituições” (OSTETTO, 2000, p.18).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 48p.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: MEC, 1996.

KRAMER, Sônia e JOBIM; SOUZA, Solange. (1992) **Esboço de uma proposta curricular para a formação de educadores de creche em nível de 2º grau.** Texto elaborado para ser debatido no seminário

“Propostas de formação de profissionais de creche”, promovido pela Fundação Carlos Chaga/SP em julho de 1992.

KUHLMANN JR, Moyés. (1999) Educação Infantil e Currículo. In: FARIA, Ana Lúcia G; PALHARES, Maria S. (orgs.). **Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e Desafios**. ed. 4. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 62) Campinas: Autores Associados. p.51-65.

MEC/SEF/COEDI. (1994). **Educação Infantil no Brasil – Situação Atual**. Brasília: MEC/SEF/COEDI.

\_\_\_\_\_ (1994). **Por uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI.

\_\_\_\_\_ (1996). **Proposta Pedagógica e Currículo em Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/COEDI.

\_\_\_\_\_ (1998). **Subsídios para Credenciamento de Instituições de Educação Infantil – Vol I e II**. Brasília: MEC/SEF/COEDI.

OLIVEIRA, Zilma R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. (Coleção Docência em formação), São Paulo: Cortez, 2002.

OSTETTO, Luciana E. **Articular Saberes, Qualificar Práticas: contribuições da universidade à formação dos profissionais da Educação Infantil**. Florianópolis: Perspectiva, v.15, n.28, p.11-20, 1997.

\_\_\_\_\_ (2000) Andando por Creches e Pré-escolas Públicas: contribuindo uma proposta de estágio. In OSTETTO, Luciana E. (org.) **Encontros e encantamentos na Educação Infantil**. Campinas, São Paulo: Papirus, p.15-30.

ROSSETTI-FERREIRA. **Uma Perspectiva Teórico-Metodológica para Análise do desenvolvimento humano e do processo de investigação**. In: Psicologia: Reflexão e Crítica, 1997 n.13, p.281-293

SEBASTIANI, Maria T. **Educação Infantil - O Desafio**